



2º Simulado Especial

STJ

Analista Judiciário - Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial STJ (Analista Judiciário – Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário – Área Administrativa da STJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/5PDT2xmE1qxuUGP97>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/saRU>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***Texto 1**

O STJ atua como instância revisora de decisões de tribunais inferiores que envolvem a aplicação de leis federais. O recurso especial é admitido quando há divergência na interpretação de uma mesma norma entre diferentes tribunais ou quando há contrariedade a tratado ou lei federal.

Uma das principais responsabilidades do STJ é garantir que as leis federais sejam aplicadas de maneira uniforme em todo o país. Para isso, o tribunal estabelece súmulas e precedentes que orientam as decisões dos juízes e tribunais inferiores.

Além de atuar como instância revisora, o STJ também julga, em alguns casos, ações que começam diretamente em sua competência. Essas ações podem envolver, por exemplo, autoridades como governadores de estado, quando o processo for de natureza civil ou criminal, e ministros de Estado.

O STJ é competente para julgar ações que envolvam Estados estrangeiros ou organismos internacionais, quando essas questões são reguladas por leis federais.

01. De acordo com a ideias veiculadas no texto, o STJ é responsável por multiplicar a percepção da interpretação das leis federais em todo o Brasil, garantindo a aplicação consistente dessas normas.

02. Segundo o texto, o Superior Tribunal de Justiça, além de desempenhar seu papel na interpretação uniforme das leis federais, exerce a importante função de homologar sentenças proferidas por tribunais estrangeiros, de modo que estas possam ser reconhecidas e tenham validade jurídica no território brasileiro.

03. No primeiro parágrafo, o verbo 'há' está flexionado na terceira pessoa do singular devido à flexão do termo 'divergência'.

04. No segundo parágrafo, a oração 'que as leis federais sejam aplicadas de maneira uniforme em todo o país' exerce a função do sujeito do verbo 'garantir'.

05. Na oração 'que as leis federais sejam aplicadas de maneira uniforme em todo o país', o termo 'de maneira uniforme' indica o modo e poderia ser substituída por: harmonicamente.

06. No segundo parágrafo, na expressão 'todo o país', a retirada do artigo provoca alteração no sentido original da frase e, nesse caso, prejudicaria a coerência textual.

07. No início do terceiro parágrafo, a expressão 'Além de' indica acrescentamento.

08. No terceiro parágrafo, a supressão das vírgulas que isolam a expressão 'por exemplo' manteria a correção gramatical do texto, visto que tal expressão é de curta extensão.

09. "Além de atuar como instância revisora, o STJ também julga, em alguns casos, ações que começam diretamente em sua competência."

No período destacado, os termos 'ações' e 'que' exercem a mesma função sintática.

10. No último parágrafo, a preposição "para" introduz o complemento verbal no contexto em que ocorre.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

11. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos possuem hierarquia constitucional, independentemente da forma de aprovação.
12. A suspensão dos direitos políticos decorrente de condenação penal não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada.
13. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica na forma da lei civil, registrarão seus estatutos perante o Superior Tribunal de Justiça.
14. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em grau de recurso especial, as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais de Justiça, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
15. Se um juiz federal vinculado ao TRF4 suscitar conflito de competência em relação a um juiz vinculado ao TRT12, caberá ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, tal conflito.

Considere a seguinte situação hipotética:

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – Organização Internacional – moveu no Brasil ação em face do Município de Tuntum-MA, em virtude de descumprimento de obrigações contratuais internacionalmente assumidas por este ente federativo.

À luz dessas informações, julgue os itens a seguir:

16. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, tal causa internacional.
17. Se a causa fosse movida pela OTAN em face do Estado do Maranhão, isso alteraria a competência originária para julgamento da causa.
18. Nas ações perante o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público será necessariamente ouvido.

LEGISLAÇÃO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos da Lei n.º 12618/2012, julgue os itens a seguir.

19. A União, suas autarquias e fundações são responsáveis, na qualidade de patrocinadores, pelo aporte de contribuições e pelas transferências às entidades fechadas de previdência complementar das contribuições descontadas dos seus servidores, sendo que a transferência das contribuições após o dia 10 do mês seguinte ao da competência enseja a aplicação dos acréscimos de mora previstos para os tributos federais.
20. As entidades fechadas de previdência complementar poderão criar comitês de assessoramento técnico, de caráter consultivo, para cada plano de benefícios por elas administrado, com representação paritária entre os patrocinadores e os participantes e assistidos.

ÉTICA NO SETOR PÚBLICO*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições contidas na Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

21. As ações de improbidade administrativa agora prescrevem em oito anos, contados a partir da data do fato ou do término do exercício do mandato, cargo em comissão ou função de confiança.
22. O acordo de não persecução cível pode ser celebrado a qualquer tempo, inclusive durante a fase de execução da sentença.
23. A Lei 8.429/1992, após a atualização pela Lei 14.230/2021, passou a permitir que a prescrição intercorrente seja reconhecida inclusive de ofício pelo juiz.
24. Os atos de improbidade que causam lesão aos princípios da administração pública não necessitam de prova de dano ao erário para serem punidos.
25. A Lei 8.429/1992 prevê a possibilidade de responsabilização de agentes políticos por atos de improbidade administrativa, sendo que essa responsabilização ocorre de forma autônoma, independente de crimes de responsabilidade.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Géssica Ehle*

Sobre a disciplina de Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.

26. O dano ambiental traz consigo o dever de responsabilidade, pois é direito humano fundamental de terceira geração e tem caráter imprescritível.
27. O Direito Humanitário é reconhecido precedente dos Direitos Humanos, tendo sido afirmado junto à primeira fase de internacionalização da proteção a tais direitos, objetivando acolher as vítimas dos conflitos bélicos, civis e militares fora de serviço.
28. Pessoas que comprovam doar sangue mensalmente são consideradas grupo prioritário para fins de atendimento.
29. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os direitos humanos de segunda dimensão consagram os direitos sociais e reforçam o princípio da solidariedade.
30. Indivíduos com deficiência são aqueles que apresentam limitações sensoriais, intelectuais ou cognitivas que, em conjunto com barreiras sociais, impedem sua plena participação na sociedade.
31. Os acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas do grupo que tem atendimento prioritário por Lei não serão atendidos juntamente aos titulares da prioridade, mas imediatamente a seguir.
32. Um dos objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é a promoção da saúde integral.

NORMATIVOS INTERNOS DO STJ*Tiago Zanolla*

Com base no regimento interno do STJ, responda:

- 33.** As Seções do STJ são compostas por seis Turmas, com cinco Ministros em cada uma. A Primeira Seção é composta pela Primeira e Segunda Turmas; a Segunda Seção é formada pela Terceira e Quarta Turmas; e a Terceira Seção é composta pela Quinta e Sexta Turmas.
- 34.** Compete à Terceira Seção do STJ processar e julgar todos os feitos relativos à matéria penal, inclusive os de competência originária da Corte Especial e os habeas corpus das Turmas da Primeira e Segunda Seção.
- 35.** A Corte Especial do STJ tem competência para processar e julgar crimes comuns cometidos por Governadores de Estado, Desembargadores dos Tribunais de Justiça, e membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.
- 36.** A data da nomeação é o principal critério a ser observado na definição da antiguidade dos Ministros no STJ.
- 37.** Na eleição para os cargos de direção, considera-se eleito, em primeiro escrutínio, o Ministro que obtiver a maioria absoluta dos votos dos membros do Tribunal. Em segundo escrutínio, concorrerão somente os dois Ministros mais votados no primeiro, concorrendo, entretanto, todos os nomes com igual número de votos na última posição a considerar. Se nenhum reunir a maioria absoluta de sufrágios, proclamar-se-á eleito o mais votado, ou o mais idoso, no caso de empate.

38. Consoante a Resolução STJ/GP n. 38 de 6 de dezembro de 2023, são destinatários deste Código as magistradas e magistrados, servidoras e servidores, exceto licenciadas/os, cedidas/os ou em exercício provisório, ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a administração, estagiárias e estagiários, colaboradoras e colaboradores e voluntárias e voluntários que tenham vínculo permanente, temporário ou excepcional com o Superior Tribunal de Justiça, ainda que sem retribuição financeira.

39. É permitida a aceitação de brindes, itens compreendidos como aqueles que não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem o valor total correspondente a 5% ao vencimento básico do cargo ocupado e não seja distribuído em periodicidade inferior a doze meses.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Tiago Zanolla*

Com base na ética no serviço público, analise as questões a seguir:

- 40.** A ética no serviço público deve ser pautada exclusivamente por princípios legais, sem levar em conta valores morais ou sociais, pois as normas jurídicas são suficientes para garantir uma conduta correta dos servidores públicos.
- 41.** A ética e a democracia estão intrinsecamente ligadas, pois a prática democrática pressupõe a observância de princípios éticos como o respeito à igualdade, à justiça e à transparência no trato com a coisa pública.

42. O exercício da cidadania está diretamente relacionado ao cumprimento de deveres legais e à exigência de direitos individuais, não tendo relação com o respeito deveres cívicos desejados pela sociedade.

43. A ética no desempenho da função pública exige que o servidor público coloque o interesse coletivo acima de interesses pessoais ou de grupos, garantindo que suas ações estejam em conformidade com os princípios de legalidade, moralidade e impessoalidade.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

44. No Windows 10, a assistente virtual, Cortana, utiliza tecnologia de Inteligência Artificial Cognitiva para conseguir interagir de forma cada vez mais integrada com o usuário específico, aprendendo seus hábitos e pequenas idiossincrasias.

45. O One Drive é o aplicativo de email da Microsoft que recentemente abriu o seu código no mercado.

46. No Word, uma funcionalidade bastante útil é o sombreamento, que se encontra disponível para o usuário na guia Layout e permite que seja colocado um realce no texto similar ao efeito de um marca-texto.

47. No Powerpoint existe o recurso chamado Slide Central que deve ser utilizado como slide base para apresentações. Alterações realizadas nele, serão automaticamente refletidas em toda a apresentação.

48. O protocolo RARP é o responsável pela conversão de endereços físicos para endereços lógicos em uma rede TCP/IP.

49. O Ransomware é um tipo de ataque que sequestra os dados do usuário, visto que o atacante se apossa dos dados do usuário, criptografa e exige o pagamento de resgate para a sua devolução.

50. Os dados são elementos básicos na comunicação e frequentemente extraídos das informações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca dos atos administrativos, suas formas de extinção e convalidação, julgue os itens a seguir.

51. Um ato administrativo que apresente defeitos sanáveis não necessariamente será anulado, podendo ser convalidado pela administração, com efeitos retroativos, quando não lesionar o interesse público.

52. O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data da publicação do ato em meio oficial, salvo comprovada má-fé.

Considere que o servidor João descobriu que um amigo íntimo consta como interessado em sua decisão, em processo administrativo de sua responsabilidade.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, nos termos da Lei nº 9.784/1999.

53. João tem o dever de comunicar imediatamente à autoridade competente sobre essa circunstância para ser afastado do processo, sob pena de responder por falta grave, caso omita essa informação.

54. Caso uma das partes alegue impedimento de João, eventual indeferimento dessa arguição será passível de recurso, com efeito suspensivo.

Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens a seguir.

55. O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa, em virtude da vedação ao *bis in idem*.

56. A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração de atos de improbidade administrativa suspende o curso do prazo prescricional pelo prazo máximo de cento e oitenta dias.

57. Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Acerca das Licitações e Contratos Administrativos, com base na Lei nº 14.133/21, julgue os itens a seguir.

58. O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da administração.

59. Em uma contratação de serviço de fornecimento de bens realizada pela administração pública, o edital poderá exigir prestação de garantia por parte do contratado, podendo ainda definir que a modalidade de garantia será em caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

60. No caso de exigência de garantia contratual em uma obra pública, o contratado poderá optar por prestar a garantia por meio de título de capitalização custeado por pagamento único, desde que previsto no edital.

A autarquia federal X, responsável pela regulação e fiscalização de um setor específico da economia, possui um prédio em uma área central de um município, mas não o utiliza para suas atividades essenciais. Decidiu, então, alugar o imóvel para uma empresa privada, obtendo renda considerável dessa locação. Todo o valor arrecadado é destinado integralmente ao custeio de suas atividades institucionais, relacionadas diretamente à sua finalidade pública. O município, ao tomar conhecimento da locação, notificou a autarquia para o pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) sobre o imóvel, alegando que ele não está sendo utilizado diretamente para as atividades-fim da autarquia, mas sim como um meio de geração de receita.

Com base na situação descrita, julgue a assertiva a seguir.

61. A autarquia federal X estará sujeita ao pagamento de IPTU, visto que o imóvel locado não está sendo utilizado diretamente para a realização de suas atividades essenciais, mas para uma atividade econômica que não se vincula à sua finalidade institucional.

Acerca da organização administrativa, das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista e das entidades paraestatais e terceiro setor, julgue os itens a seguir.

62. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo para concessão de contraditório e ampla defesa.

63. As organizações sociais podem ser criadas com finalidade lucrativa, desde que o lucro obtido seja revertido para o desenvolvimento de suas atividades essenciais ou remuneração dos seus diretores.

64. As organizações da sociedade civil de interesse público assinam contrato de gestão com o poder público, no qual pode constar a previsão de cessão de servidores e bens públicos para o alcance de suas finalidades.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Rodrigo Rennó

65. O planejamento estratégico visa alinhar os objetivos de curto prazo da organização com as atividades diárias, sendo frequentemente realizado no nível operacional.

66. Uma das principais ferramentas utilizadas no planejamento estratégico é a análise SWOT, que avalia as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que podem impactar a organização.

67. A estrutura organizacional matricial combina características da estrutura funcional e da estrutura por projeto, possibilitando que os colaboradores respondam a mais de um gerente.

68. A estrutura funcional é indicada para organizações que possuem uma grande diversidade de produtos e serviços, pois promove a adaptação e flexibilidade para cada linha de produto.

69. A gestão por processos tem como objetivo principal a melhoria contínua das atividades organizacionais, focando na eficiência e na padronização dos procedimentos.

70. O mapeamento de processos é uma técnica utilizada para identificar e documentar as etapas de um processo, mas não tem utilidade na identificação de gargalos ou ineficiências.

71. A técnica de caminho crítico (CPM) é utilizada para identificar as atividades que não impactam o cronograma de um projeto e podem ser adiadas sem prejuízo para a entrega final.

72. A principal diferença entre gestão de processos e gestão de projetos é que os projetos têm um início e um fim definidos, enquanto os processos são contínuos e repetitivos.

73. O processo de recrutamento pode ser tanto interno quanto externo, e o recrutamento interno pode aumentar a motivação dos colaboradores ao oferecer oportunidades de crescimento dentro da organização.

74. A abordagem de "competição" na gestão de conflitos foca em maximizar os próprios interesses, sendo recomendada para situações em que a cooperação entre as partes é fundamental.

- 75.** Os conflitos funcionais, quando bem administrados, podem ser benéficos para a organização, promovendo a inovação e a melhoria dos processos.
- 76.** A gestão de conflitos busca eliminar todos os conflitos dentro da organização, visando um ambiente de trabalho completamente harmonioso.
- 77.** O cronograma é uma ferramenta essencial na gestão de projetos para definir as atividades, seus responsáveis e prazos.
- 78.** O escopo do projeto define os objetivos, entregas e limites do projeto.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

- 79.** Em relação à evolução da administração pública no Brasil, por meio das reformas administrativas, julgue o item a seguir.
- A burocracia tradicional manteve-se preservada na implantação do modelo gerencial, sobretudo, em suas características que ainda se mantinham válidas, a exemplo do profissionalismo, da legalidade, do formalismo e da impessoalidade, que proporcionaram mais estabilidade ao novo modelo.
- 80.** Em relação ao paradigma pós-burocrático, julgue o item a seguir.
- O exercício da Governança Pública na administração pública implica o aumento da importância do uso de critérios técnicos nos processos de decisão.

- 81.** Em relação ao paradigma pós-burocrático, julgue o item a seguir.

A accountability, como um dos princípios basilares da governança pública, está relacionada à execução da gestão tomando por base o menor custo possível em todas as suas compras e contratos.

- 82.** No que se refere à nova gestão pública e a gestão por resultados, julgue o item seguinte.

A dimensão cultural da reforma do aparelho do Estado visava mudar valores arraigados nas organizações públicas, como a desconfiança generalizada, que caracteriza a administração burocrática, para uma confiança prévia no administrador público, próprio da administração gerencial.

- 83.** No que se refere à nova gestão pública e a gestão por resultados, julgue o item seguinte.

Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da accountability vertical.

- 84.** Acerca do empreendedorismo governamental e a gestão por resultados, julgue o item a seguir.

O empreendedorismo governamental é um modelo de administração pública fundamentado no estabelecimento de objetivos e metas que visem à qualidade do serviço prestado pelos entes públicos, com avaliação permanente de resultados e transferência de poder aos cidadãos.

- 85.** O paradigma pós-burocrático envolve o desenvolvimento funcional e mecanicista das equipes, visando assegurar que o trabalho seja realizado de forma eficiente, eficaz e efetiva.

86. Acerca da gestão da qualidade e da excelência na gestão pública, avalie o item a seguir.

O benchmarking é uma tecnologia de mudança utilizada para avaliar, comparar e identificar o gap de desempenho e obter vantagem competitiva. Abraça a ideia de atividade, vertical, contínuo e sistemático e pode ser realizado de forma interna, competitiva ou funcional.

87. Acerca da gestão da qualidade e da excelência na gestão pública, avalie o item a seguir.

No processo de resolução e controle de problemas de qualidade pode-se utilizar o histograma para apresentar uma distribuição de frequência dos eventos de forma gráfica, facilitando sua compreensão.

88. Acerca da gestão da qualidade e da excelência na gestão pública, avalie o item a seguir.

A cultura de excelência, que deve existir na prestação de serviços aos cidadãos, prega a visão do paradigma do cliente na gestão pública.

89. Acerca da gestão da qualidade e da excelência na gestão pública, avalie o item a seguir.

Serviços públicos devem ser gerenciados e ofertados conforme o princípio da coprodução, segundo o qual os cidadãos se envolvem e participam da construção de excelência e qualidade desses serviços.

90. Acerca das teorias de motivação na gestão pública, julgue o item a seguir.

A teoria da hierarquia das necessidades de Maslow apregoa que a confiança perante o mundo e um gerente amigável são necessidades, respectivamente, de estima e social.

91. Acerca dos instrumentos de gestão de pessoas na gestão pública, julgue o item a seguir.

No que se refere ao processo de gestão de desempenho, o método que se utiliza de frases qualitativas e apresenta a dificuldade de aplicação em decisões de avaliação, denomina-se incidentes críticos.

92. Acerca da gestão de pessoas e da gestão por competência no ambiente organizacional público, julgue o item a seguir.

O valor percebido pelo cidadão e a diferenciação em termos de serviços oferecidos são atributos que devem ser construídos pelas organizações para que desenvolvam suas competências básicas e possam gerar competências essenciais para a organização.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

Acerca das receitas e despesas públicas no Estado Brasileiro e conforme as normas de finanças públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

93. O resultado primário pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

94. São despesas primárias aquelas despesas orçamentárias, apuradas pelo regime de caixa, que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros sem uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada.

95. São consideradas receitas financeiras, para fins do arcabouço normativo, as receitas orçamentárias que efetivamente diminuem o montante da DCL, ou seja, que aumentam as disponibilidades de caixa do ente com um equivalente aumento no montante de sua dívida consolidada.

Acerca das regras orçamentárias vigentes e doutrina acerca de Direito Financeiro e Orçamento, julgue os itens a seguir.

96. A Lei nº 4.320/64, em conjunto com a Constituição Federal de 1988, estabelece os princípios fundamentais do orçamento público no Brasil. Entre esses princípios, destaca-se o princípio da universalidade, que exige que todas as receitas e despesas, inclusive as receitas de Antecipação de Receita Orçamentária, sejam incluídas no orçamento anual.

97. O orçamento desempenho é uma técnica orçamentária que organiza as despesas públicas em programas de governo, com a vinculação dos recursos às metas e objetivos previamente definidos, promovendo maior controle sobre os resultados e sua implementação visa aprimorar a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos.

98. O ciclo orçamentário compreende quatro fases principais: elaboração, discussão e aprovação, execução, e controle e avaliação. A fase de elaboração envolve a elaboração da proposta orçamentária por todos os Poderes, que devem submeter suas propostas ao Congresso Nacional.

99. O Plano Plurianual (PPA) deve ser compatível com os planos e programas setoriais estabelecidos pelo governo, sendo que sua vigência não coincide com o período do mandato presidencial, ou seja, começa no segundo ano e termina no fim do primeiro exercício do mandato subsequente.

100. A LDO, conforme disposição constitucional, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA do ano seguinte e isso alinha-se à ideia de inserir o controle e acompanhamento do endividamento em todo o ciclo orçamentário, desde seu planejamento, passando por sua execução, disciplinando medidas corretivas em caso de risco de não cumprimento das metas fiscais impostas.

Acerca dos sistemas de informações do Governo Federal, julgue os itens subsecutivos.

101. O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é uma ferramenta fundamental para a execução orçamentária, financeira e contábil no Brasil. Ele permite o acompanhamento, em tempo real, de todas as etapas do processo orçamentário e financeiro, exceto no que se refere às receitas extraorçamentárias, que não são controladas pelo sistema.

Acerca da execução orçamentária e financeira no Estado brasileiro, julgue as assertivas que se seguem.

102. A descentralização orçamentária é o processo pelo qual a dotação orçamentária aprovada para um órgão ou entidade pode ser transferida para outro órgão ou entidade, para que este execute ações de responsabilidade do órgão originário, sem necessidade de alteração no planejamento inicial.

103. Os restos a pagar, conforme a Lei nº 4.320/64, referem-se a despesas empenhadas, liquidadas ou não, que foram inscritas e transferidas para o exercício financeiro seguinte. Essas despesas podem ser pagas no exercício subsequente, independentemente da existência de disponibilidade financeira no exercício anterior.

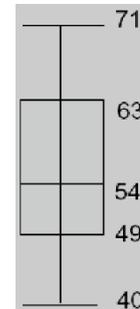
104. A dívida ativa é composta por créditos da Fazenda Pública, originários de receitas tributárias ou não tributárias, que, após o processo regular de cobrança administrativa, não foram pagos pelos devedores e foram inscritos como dívida ativa, tornando-se passíveis de execução judicial.

105. O conceito de despesa pública refere-se ao conjunto de dispêndios do Estado para custear suas atividades, financiar investimentos ou realizar transferências para outros entes. As despesas classificam-se em despesas correntes e de capital, sendo as correntes relacionadas ao funcionamento da administração e as de capital destinadas a formar ou adquirir bens de capital.

106. O suprimento de fundos é uma antecipação de numerário concedida a um servidor para a realização de despesas urgentes e imprevisíveis. De acordo com a Lei nº 4.320/64, ele deve ser sempre utilizado para despesas previamente licitadas, ainda que seu valor seja considerado de pequeno vulto.

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

Carlos Henrique



O *Box plot* acima mostra a distribuição dos pesos, de um grande número de adolescentes. Julgue os itens seguintes:

107. Escolhida aleatoriamente um desses adolescentes, a porcentagem de estudantes cujo peso está entre 54 kg e 63 kg é superior a 20% e inferior a 30%

108. A amplitude interquartílica é superior a 15 kg

Uma amostra aleatória de tamanho 5 é retirada de uma população e observa-se que seus valores, quando postos em ordem crescente, obedecem a uma Progressão Aritmética.

Diante do exposto, julgue os itens seguintes:

109. Se a variância amostral não viciada vale 40, o valor da razão da Progressão Aritmética é superior a 5

110. Se o terceiro termo for igual a 20, o coeficiente de variação será igual a $\frac{\sqrt{10}}{10}$

111. Suponha que X seja uma variável aleatória com valor Esperado 10 e variância 25.

Julgue o item que se segue

Para que a variável dada por $Y = p - qx$, com p e q positivos, tenha valor esperado igual a 0 e variância 625, é necessário que $p + q$ seja igual a 55

O enunciado a seguir serve para os itens **112 E 113**.

A tabela identifica a distribuição do número de colaboradores de uma instituição pelos respectivos salários que recebem:

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES PELOS
SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS

SALÁRIO RECEBIDO	NÚMERO DE COLABORADORES
R\$ 3.600,00	20
R\$ 4.200,00	15
R\$ 5.000,00	10
R\$ 6.000,00	5

112. Dentre os colaboradores que recebem mais de R\$ 4.000,00, mais da metade recebem menos de R\$ 5.000,00.

113. Sabendo-se que no próximo mês está previsto um aumento de 20% em todos os salários pagos, e que não haverá admissão de novos colaboradores, tampouco, demissão, a soma da média aritmética simples, da mediana e da moda dos salários que essa instituição pagará aos seus colaboradores, após o aumento previsto é superior a R\$ 14.500,00.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

114. A Resolução CNJ n.º 400/2021 dispõe sobre a Política de Sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário e a Instrução Normativa STJ/GDG n.º 4/2024 atualiza a Política de Sustentabilidade no Superior Tribunal de Justiça.

Sobre esse assunto, julgue o item a seguir.

O Superior Tribunal de Justiça adota o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Advocacia-Geral da União como ferramenta de orientação e inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade a serem observados na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços.

115. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Sobre a PNMA, julgue a assertiva a seguir.

As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente orientam tanto a realização de atividades empresariais públicas quanto as privadas.

116. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional.

Sobre a PNMC, julgue o item a seguir.

A lei prevê que os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais devem compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

117. A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Sobre a PNRS, julgue a afirmativa a seguir.

A lei veda a queima de resíduos sólidos por meio de incineradores no Brasil.

118. No Brasil, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, julgue a assertiva a seguir.

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal Mato-Grossense e a Caatinga são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

119. A Resolução CNJ n.º 347/2020 dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário e a Resolução CNJ n.º 497/2023 estabelece critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade.

Sobre tais normas, julgue o item a seguir.

Mulheres quilombolas, camponesas, travestis e egressas do sistema prisional são consideradas em condição de especial vulnerabilidade econômico-social.

120. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) traz uma série de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respectivas metas a serem alcançados dentro dos próximos anos, buscando abordar desafios sobre vários temas de importância global.

Sobre a Agenda 2030, julgue a assertiva.

A Agenda 2030 reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Discursiva

Ter as competências requeridas para o exercício de um cargo ou uma função pública é fundamental para o alcance da excelência profissional e a consecução da prestação de serviços públicos ao cidadão com qualidade e eficácia. Considerando esse assunto, redija um texto dissertativo acerca do processo de gestão de pessoas por competências na administração pública, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 a finalidade de uma gestão de pessoas por competências, do ponto de vista organizacional.
 - 2 o tripé das competências, com o significado de cada elemento que o compõe.
 - 3 três benefícios da gestão por competências para a organização.
 - 4 três benefícios da gestão por competências para os servidores públicos.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
